



Ata nº 039 da Sessão Ordinária nº 039, de
06 de agosto de 2013.

1 Às nove horas do dia seis de agosto de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
2 na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS**
3 **ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **ROSA HAGE, DANIEL LAVAREDA e ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada dos
4 Conselheiros **ALOÍSIO CHAVES, MARA LÚCIA e CEZAR COLARES**; bem como a presença da Procuradora do Ministério
5 Público junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios
6 do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o
7 Auditor Sérgio Dantas para efeito de quorum, nos termos do inciso XIX do RI/TCM/Pa. A seguir, a Presidência deu início a
8 Sessão, momento em que assim se manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor,
9 nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve votação e
10 aprovação das Atas das Sessões nº's 031/13 e 033/13. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**,
11 momento em que foram anunciados os processos. Houve a inversão da pauta com o julgamento do Processo de nº 2 e
12 seguintes: **Processo nº 230012005-00; Prefeitura Municipal de Capitão Poço; Prestação de Contas - 2005;**
13 **Responsável Francisco Gregório da Silva; 3ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora – Conselheira**
14 **Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.452, de 02.08.2013.** Retirado de Pauta. Em seguida, a Conselheira Rosa Hage
15 assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 0220012003-00; Prefeitura Municipal de Capanema; Prestação de**
16 **Contas - 2003; Responsável Jorge Netto da Costa - Falecido; 1º Controladoria – Conselheira Rosa Hage; Procuradora –**
17 **Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator – Auditor Sérgio Dantas; Publicado no DOE nº 32.452, de 02.08.2013.**
18 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não
19 aprovação das contas, com recolhimento ao Espólio. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**.
20 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu tornar as contas ilíquidáveis, nos termos do
21 voto do Relator. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 350022009-00;**
22 **Câmara Municipal de Irituia; Prestação de Contas - 2009; Responsável Waldir Oliveira da Costa; 5º Controladoria;**
23 **Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.452,**
24 **de 02.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
25 manifestou-se pela não aprovação das contas, com aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. Presente o
26 Procurador do Ordenador, Sr. Júlio de Oliveira Bastos, OAB/Pa nº 6510, que fez uso da palavra, nos termos do art. 50 do
27 Regimento Interno do TCM, solicitando a reabertura da instrução processual, face a apresentação de documentação nova.
28 A matéria foi submetida a apreciação do Relator que indeferiu a preliminar. Colocada em apreciação do Plenário, o
29 Conselheiro Antônio José Guimarães e a Conselheira Rosa Hage acompanharam o Conselheiro Relator. O Auditor Sérgio
30 Dantas divergiu do Relator e votou pela reabertura da instrução. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por**
31 **maioria**, decidiu pela não reabertura da instrução do processo. Vencido o Auditor Sérgio Dantas. Em seguida, o
32 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO** de mérito. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
33 decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Irituia, exercício de 2009, de responsabilidade
34 do Sr. Waldemir Oliveira da Costa que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, ao FUMREAP, o valor de R\$ 7.000,00
35 (sete mil reais), a título de multa, com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, face o não repasse
36 integral ao INSS das contribuições previdenciárias retidas dos contribuintes; de não haver efetuado a correta apropriação e
37 recolhimentos das obrigações patronais; da ausência de licitação e; do empenhamento de despesas com recursos de
38 terceiros, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para que sejam tomadas as
39 providências cabíveis. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 762752006-**
40 **00; Fundo Municipal de Saúde de São Félix do Xingu; Prestação de Contas – 2006; Voto de Vista Sessão de**
41 **03.06.2013 – Auditor José Alexandre Cunha Pessoa; Responsável Esdras Cordeiro e Silva; 3º Controladoria; Procuradora**
42 **Maria Inez Gueiros; Relatora – Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.452, de 02.08.2013.** Retirado de
43 Pauta. Às nove horas e quarenta e cinco minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão.
44 **Processo nº 234012009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Capitão - Poço; Prestação de Contas -**
45 **2009; Interessada Vitória Vale Pereira; 5º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Conselheiro Daniel**
46 **Lavareda; Publicado no DOE nº 32.452, de 02.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
47 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com aplicação de multas. A



Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Capitão Poço, exercício 2009, de responsabilidade da Sra. Vitória Vale Pereira, em favor da qual, deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$-1.042.551,44 (hum milhão, quarenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos), após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, da multa no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno do TCM/PA, pelos potenciais danos a que fica submetido o Erário em função de aplicação de multas e juros sobre os encargos patronais não apropriados dentro do exercício devido. **Processo nº 234002009-00; Fundo Municipal de Saúde de Capitão - Poço; Prestação de Contas - 2009; Interessado Eleidon Mesquita da Silva; 5º Controladoria; Procuradora – Chefe Elizabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.452, de 02.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Capitão Poço, exercício 2009, de responsabilidade do Sr. Eleidon Mesquita da Silva, em favor do qual deverá ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$-7.676.700,83 (sete milhões, seiscentos e setenta e seis mil, setecentos reais e oitenta e três centavos), condicionado ao recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias, da multa ao FUMREAP no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 120-A, III, do Regimento Interno, pelos potenciais danos a que fica submetido o Erário em função de aplicação de multas e juros sobre os encargos patronais não apropriados dentro do exercício devido. **Processo nº 23982006-00; Fundo Municipal de Saúde de Acará; Prestação de Contas - 2006; Interessado Paulo Sérgio S. de Oliveira; Instrução Alcimar Lobato; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.452, de 02.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com aplicação de multa e remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Acará, exercício 2006, de responsabilidade de Paulo Sérgio S. de Oliveira, com recolhimento aos Cofres Municipais da importância de R\$ 1.252.871,99 (hum milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta e um reais e noventa e nove centavos), referente a ausência de processos licitatórios e R\$-86.795,31 (oitenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco reais e trinta e um centavos), à conta “Agente Ordenador”, devidamente atualizado, no prazo de 15 dias, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 23982007-00; Fundo Municipal de Saúde de Acará; Prestação de Contas - 2007; Interessado Paulo Sérgio S. de Oliveira; Instrução Alcimar Lobato ; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.452, de 02.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das cotas, com aplicação de multa e remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Acará, do exercício de 2007, de responsabilidade de Paulo Sérgio S. de Oliveira, com o recolhimento aos Cofres Municipais da quantia de R\$-1.026.218,24 (hum milhão, vinte e seis mil, duzentos e dezoito reais e vinte e quatro centavos), referente a ausência de processos licitatórios e R\$-911.882,69 (novecentos e onze mil, oitocentos e oitenta e dois reais e sessenta e nove centavos), à conta “Agente Ordenador” que deverá ser recolhido, devidamente atualizado, no prazo de 15 dias, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1352032008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Curuá; Prestação de Contas de Gestão - 2008; Interessada Neriana Pantoja dos Santos; 4º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.452, de 02.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Curuá, exercício de 2008, devendo a responsável Neriana Pantoja dos Santos, recolher aos Cofres do Município, devidamente corrigida, no prazo de quinze (15) dias, a quantia de R\$-25.300,01 (vinte e cinco mil, trezentos reais e um centavo), lançada à conta “Agente Ordenador”, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1352042008-00; Fundo Municipal de Educação de Curuá;**



97 Prestação de Contas de Gestão - 2008; Interessada Adriana Pereira da Silva; 4º Controladoria ; Procuradora Maria Inez
98 Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.452, de 02.08.2013. Retirado de
99 Pauta. Processo nº 140122002-00; Secretaria Municipal de Saneamento de Belém - SESAN; Prestação de
100 contas de 2002; Responsável Francisco Eduardo Pasetto e Ivanise dos Santos Carvalho; 3º Controladoria; Procuradora
101 Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.452, de 02.08.2013. Retirado de
102 Pauta. Processo nº 200810150-00; Fundo de Assistência Social de Santa Izabel do Pará ; Recurso de Revisão
103 contra a decisão do Acórdão nº 15.441; Prestação de contas 2002; Responsável Denise Souza Pereira; 1º Controladoria;
104 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.452, de 02.08.2013.
105 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
106 conhecimento e provimento parcial do Recurso, mantendo a decisão proferida. A matéria foi colocada **em discussão**. A
107 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
108 conhecimento do Recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial no sentido de reformar o Acórdão nº 15.441/2007,
109 desta feita pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa
110 Izabel, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade da Sra. DENIZE SOUZA PEREIRA, mantida a obrigatoriedade de
111 recolhimento dos seguintes valores estabelecidos na decisão recorrida: a) R\$ 300,00 (trezentos reais), de multa, pela
112 remessa intempestiva da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres, com fundamento no Art. 57, da Lei
113 Complementar nº 25/94; b) R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de multa, pela não remessa dos decretos de abertura de
114 créditos, extratos bancários, parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, ata da sessão que aprovou/reprovou as
115 contas, ato de nomeação e posse dos Conselheiros, Lei de criação do FMAS e do Conselho, além de despesas realizadas
116 acima do autorizado e não apropriação do total dos encargos patronais; c) R\$ 500,00 (quinhentos reais), de multa, pela
117 ausência de processo licitatório, para a despesa no valor de R\$ 9.784,00 (nove mil, setecentos e oitenta e quatro reais), NE
118 295C, OP364A, com aquisição de material de construção. **Processo nº 200815002-00 e 200815004-00; Associação**
119 **de Moradores " Gabriel Pimenta";** Prestação de Contas do Convênio nº's 056 e 057/08, firmado com a FUNPAPA;
120 Responsável Maria Benedita Fernandes Lobo; 4º Controladoria; Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator –
121 Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.452, de 02.08.2013. Cumprindo dispositivo regimental,
122 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A
123 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
124 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das prestações de contas da Associação de Moradores "Gabriel
125 Pimenta", referentes aos Convênios nº's 056/2008 e 057/2008, firmados com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB,
126 com a expedição, em favor de Maria Benedita Fernandes Lobo, dos respectivos Alvarás de Quitação, nos valores de R\$
127 17.781,00 (dezessete mil, setecentos e oitenta e um reais) e R\$ 2.835,00 (dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais),
128 respectivamente. **Processo nº 201200230-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção;**
129 **Aposentadoria, Voto de Vista Sessão de 18.06.2013 Interessada Joana Rodrigues dos Santos; Procuradora Maria Regina**
130 **da Cunha; Relator - Auditor Sérgio Dantas, Pedido de Vista da Conselheira Mara Lúcia. Retirado de Pauta. Processo nº**
131 **200903810-00; Secretaria Municipal de Educação SEMEC - Belém;** Cadastro do Contrato nº 038/2009 - SEMEC;
132 Interessado Alexandre da Conceição da Costa; Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa
133 Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
134 favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A
135 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200916344-**
136 **00; Secretaria Municipal de Educação SEMEC - Belém;** Cadastro do Contrato nº 195/2009 - SEMEC; Interessada
137 Terezinha Moraes Gueiros - Secretária; Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage.
138 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
139 favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A
140 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200916352-**
141 **00; Secretaria Municipal de Educação SEMEC - Belém;** Cadastro do Contrato nº 191/2009 - SEMEC; Interessada
142 Terezinha Moraes Gueiros - Secretária; Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage.
143 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
144 favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A
145 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200916356-**





146 **00; Secretaria Municipal de Educação SEMEC - Belém;** Cadastro do Contrato nº 197/2009 - SEMEC; Interessada
147 Hilda Suely Ferreira da Costa; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo
148 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao
149 registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência
150 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200911203-00;**
151 **Secretaria Municipal de Educação SEMEC - Belém;** Cadastro do Contrato nº 149/2009 - SEMEC; Interessada
152 Terezinha Moraes Gueiros - Secretária; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage.
153 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
154 favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A
155 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200916365-**
156 **00; Secretaria Municipal de Educação SEMEC - Belém;** Cadastro do Contrato nº 188/2009 - SEMEC; Interessada
157 Aneliase Barbosa da Silva; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo
158 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao
159 registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência
160 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200904353-00;**
161 **Secretaria Municipal de Educação SEMEC - Belém;** Cadastro do Contrato nº 050/2009 - SEMEC; Interessada
162 Terezinha Moraes Gueiros - Secretária; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage.
163 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
164 favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A
165 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201015851-**
166 **00; Secretaria Municipal de Urbanismo SEURB - Belém;** Cadastro do Contrato nº 045/2010 - SEURB; Interessado
167 Fernando Mendes Pereira; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo
168 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente ao cadastramento
169 do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
170 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de cadastramento do Ato. **Processo nº 201018274-00;**
171 **Secretaria Municipal de Urbanismo SEURB - Belém;** Cadastro do Contrato nº 051/2010 - SEURB; Interessado
172 Fernando Mendes Pereira; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo
173 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente ao cadastramento
174 do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
175 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com a anexação dos autos à respectiva
176 prestação de contas. **Processo nº 201300835-00; Prefeitura Municipal de Capanema;** Lei nº 6.325/12 que fixa os
177 Subsídios do Prefeito, Vice - Prefeito e Secretários; Interessado José Olímpio Neto; Procuradora Maria Inez Gueiros;
178 Relator - Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
179 autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
180 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento
181 do Ato, com ressalva. **Processo nº 201308538-00; Prefeitura Municipal de Eldorado dos Carajás;** Lei nº 302/12
182 que fixa os Subsídios do Prefeito, Vice - Prefeito e Secretários; Interessado Divino Alves Campos; Procuradora Maria Inez
183 Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
184 posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em**
185 **discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
186 decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201300053-00; Câmara Municipal de Bragança;** Resolução nº
187 465/12 que fixa os Subsídios dos Vereadores; Interessado Wallailson José Guimarães Pereira; Procuradora - Chefe
188 Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
189 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato, com ressalva. A matéria foi colocada
190 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
191 **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com ressalva. **Processo nº 201300555-00; Câmara Municipal de**
192 **Breu Branco;** Resolução nº 002/13 que fixa diárias dos Vereadores; Interessado Hildeblano de Souza Azevedo;
193 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
194 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi



colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201301126-00; Câmara Municipal de Castanhal**; Resolução nº 002/10 que fixa diárias dos Vereadores; Interessado Cláudio Nogueira de Moura; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela negativa de cadastramento da Resolução nº 002/13, de 10/01/2013, que fixa os valores das diárias para os Vereadores do Município de Castanhal, com as recomendações constantes no voto do Relator. **Processo nº 201304100-00; Câmara Municipal de Jacareacanga**; Resolução nº 003/08 que fixa o Subsídios dos Vereadores; Interessado Raimundo Acélio de Aguiar; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201300529-00; Câmara Municipal de Marabá**; Resolução nº 446/12 que fixa o Diárias dos Vereadores e Servidores da Câmara; Interessado Nagib Mutran Neto; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201307347-00; Câmara Municipal de Nova Ipixuna**; Resolução nº 001/09 que fixa o Diárias dos Vereadores e Servidores da Câmara; Interessado João Santana de C. Filho; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201210070-00; Prefeitura Municipal de Castanhal**; Contrato de locação de Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201212392-00; Prefeitura Municipal de Castanhal**; Contrato de locação de Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora - chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201119292-00; Prefeitura Municipal de Prainha**; Denúncia - 2009; Denunciantes Vereadores Maria do Socorro Miranda da Silva, José Hélio M. Da Rocha e Edvaldo Gomes Barbosa; Denunciado Sérgio da Graça Amaral Pingarilho - Prefeito; 4º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela procedência parcial da Denúncia, com a anexação dos autos à prestação de contas respectiva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pelo arquivamento da presente Denúncia". **Em votação**: A Conselheira Rosa Hage absteve-se de votar. O Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo arquivamento da Denúncia. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 01: **Processo nº 1190012003-00; Prefeitura Municipal de Novo Repartimento**; Pedido de Vista na Sessão de 15/03/2011 da Conselheira Rosa Hage; Responsável Valmira Alves da Silva - Ex- Prefeita; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Alcides Alcântara. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Rosa Hage proferiu seu **VOTO VISTA**: "pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Novo Repartimento, a aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2003, sob a responsabilidade da Sra Valmira Alves da Silva". **Em votação**: O Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Voto Vista da Conselheira Rosa Hage. O Conselheiro Alcides Alcântara votou na Sessão de 15.03.2011, "pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Novo Repartimento, a não aprovação das contas da Prefeitura, exercício de 2003, devendo a ordenadora de despesas, Valmira Alves da Silva, recolher aos cofres do município, no prazo de quinze (15)



244 dias, atualizada monetariamente, a quantia de R\$ 4.389,00, relativa ao pagamento de hospedagem, além de multa no valor de R\$
245 6.258,00, pela remessa intempestiva do Relatório de Gestão Fiscal. Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para as providências
246 que entender cabíveis". A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer
247 prévio recomendando à Câmara Municipal de Novo Repartimento, a aprovação da prestação de contas do exercício de
248 2003, sob a responsabilidade da Sra Valmira Alves da Silva. Vencido o Conselheiro Alcides Alcantara. **MATÉRIA**
249 **ADMINISTRATIVA**: O Conselheiro José Carlos Araújo pediu a palavra para convocar uma Reunião Administrativa na
250 próxima quinta-feira, após a Sessão Plenária, para discutir alguns assuntos como a continuação dos eventos do Tribunal,
251 no segundo semestre e a 7ª Edição do CONINTER Norte e Nordeste que acontecerá em Belém, no mês de setembro. Em
252 seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda perguntou a respeito do andamento das Notificações referentes ao Portal da
253 Transparência nos Municípios, bem como solicitou fosse designado o Secretário Geral do TCM para coordenar os trabalhos
254 referentes a reforma do Regimento Interno do Tribunal. O Conselheiro José Carlos Araújo respondeu que já havia
255 providenciado as Notificações aos Municípios e acatou a proposição do Conselheiro. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.**
256 **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**: Após, a Presidência declarou **ENCERRADA**
257 a presente Sessão, às dez horas e quarenta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
258 Secretária Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em seis de agosto de dois mil e treze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão